



A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO AUXÍLIO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Isaete Pereira da Silva ¹
Marcela Vitória Silva Oliveira ²

RESUMO

Esse trabalho relata a importância de políticas públicas educacionais e expõe um relato de experiência na Escola Municipal 23 de Outubro da cidade de Paraíso do Tocantins que procurou melhorar o ensino e aprendizagem dos alunos através do antigo Programa Mais Educação e que impactou diretamente na qualidade da aprendizagem dos alunos e por consequência um salto na nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tornando a escola com a maior nota na cidade e a segunda maior nota no estado do Tocantins no ano de 2019. O programa foi desenvolvido conforme orientações do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), consistiu em aulas de português, matemática, dança e artes em um horário oposto ao regular, fazendo as adaptações necessárias em espaços físicos e materiais, e motivando os pais a incentivarem os alunos a participarem do programa para que não houvessem desistências. Foram confeccionadas apostilas de acordo com a dificuldade individual de cada criança após diagnóstico da coordenação pedagógica, que trabalhou diretamente com os monitores do programa, que foram selecionados e capacitados diretamente pela escola para a alfabetização. A meta projetada pelo INEP para o ano de 2015 era de 6.2 e a escola conseguiu atingir a nota de 7.0, mantendo a nota no ano de 2017 e aumentando para 7.4 em 2019. Com o propósito de melhorar o índice de aprendizagem dos alunos e com foco no letramento, foi possível obter melhores resultados com a dedicação da equipe pedagógica e o Programa Mais Educação, que permitiu que os estudantes em vulnerabilidade estudassem em um período integral na escola.

Palavras-chave: Educação, Políticas Públicas, IDEB.

INTRODUÇÃO

O acesso à educação pública brasileira é previsto na Constituição Federal de 1988 e expressa no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”, entretanto, para o desenvolvimento das defasagens do aprendizado não basta apenas a inserção nas escolas, é necessário desenvolver programas, através de políticas públicas, que contemplem

² Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Tocantins – *Campus* Palmas, isaletepso@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Física do Instituto Federal do Tocantins – *Campus* Palmas, marcelavit21@gmail.com;

de forma direta as necessidades da educação, como a erradicação do analfabetismo, alfabetização na idade adequada, aprendizagem tecnológica, combate à miséria e evasão escolar, e programas de avaliação de aprendizagem.

As políticas públicas na área da Educação estão para garantir que os programas desenvolvidos no setor público possam ser concretizados nas instituições de ensino público do Brasil, como cita Smarjassi e Arzani (2021):

As políticas públicas em Educação consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal; um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos. Nelas estão contidos dispositivos que garantem a Educação a todos, bem como a avaliação e ajuda na melhoria da qualidade do ensino no país. (SMARJASSI e ARZANI, p. 1, 2021)

Políticas Públicas são um conjunto de iniciativas, decisões e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução delas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis. (VELASQUES, 1999, n.p. apud PINHEIRO, [2011]). Essas políticas educacionais levam em consideração a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garantindo o acesso e permanência à educação de qualquer brasileiro. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE é o encarregado pelo cumprimento das Políticas Públicas do Ministério da Educação – MEC e do repasse dos recursos financeiros para os estados e municípios.

Uma das políticas de destaque é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), onde todo o seu recurso é exclusivo para a educação básica pública (DIAS, et. al, 2020). Outros programas e políticas públicas que contribuíram e contribuem no desenvolvimento escolar foram: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Provinha Brasil, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Olimpíada de Matemática e de Língua Portuguesa e Programa Alfabetizado, entre inúmeros outros.

Neste trabalho, discutiremos sobre o antigo Programa Mais Educação e como a equipe pedagógica da Escola Municipal 23 de Outubro, localizada no município de Paraíso do Tocantins, trabalhou para desenvolver a aprendizagem dos alunos juntamente com objetivos do programa e, por consequência, alcançando uma das maiores notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no estado do Tocantins em 2019.



O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

De acordo com o site oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Mais Educação tem por objetivo: “ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, por meio da oferta da educação integral. Uma das ações desse programa é a formação continuada dos professores.” Contando com o apoio de:

- Escolas de Aplicação, Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – responsáveis por ministrar os cursos de formação, selecionar e cadastrar os bolsistas, bem como por encaminhar mensalmente ao gestor nacional o lote de bolsistas a serem pagos;
- Secretarias de Educação – responsáveis por coordenar as atividades no seu âmbito de atuação e por oferecer espaço físico e infraestrutura para a realização da formação.

Segundo o Portal do Ministério da Educação, o Programa Mais Educação foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, conta com a assistência do Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ainda:

Constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (BRASIL, 2018)

As escolas em áreas urbanas contempladas são aquelas que aderiram ao Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e que possuem uma nota de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) menor que 4,6 nos anos iniciais e menor que 3,9 nos anos finais e escolas que possuem 50% de estudantes participantes do bolsa família. Para as escolas em áreas rurais, podem aderir àquelas que seu município tem 15% ou mais de cidadãos analfabetos, 25% ou mais de pobreza rural, 30% da população morando no campo, escolas em assentamentos de 100 famílias ou mais e escolas quilombolas e indígenas (GESTÃO ESCOLAR, 2015).

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)



De acordo com o Ministério da Educação, o IDEB foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e tem por objetivo medir a qualidade do aprendizado através de um monitoramento da qualidade da Educação através da taxa de rendimento escolar e das médias de desempenho dos estudantes em português e matemática nas provas do INEP, como a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), além de estabelecer metas para a melhoria do ensino. Suas metas são estabelecidas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único para todas as escolas de alcançar a nota 6, média que corresponde ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NAS ESCOLAS DE ACORDO COM O CADERNO PASSO A PASSO MAIS EDUCAÇÃO (2011)

O programa contou com um caderno de orientação à escola, chamado Passo a Passo Mais Educação, que detalhou os processos que deveriam ser desenvolvidos na escola, como o acompanhamento pedagógico, os estudantes atendidos e acerca do espaço onde seria desenvolvida a jornada integral dos alunos caso a escola não contasse com um amplo espaço escolar. Neste caderno, foram detalhados dez macrocampos (como esporte, artes, cultura, educação em diversos âmbitos e matérias regulares do currículo escolar), e suas atividades que poderiam ser realizadas dentro da possibilidade escolar. Em relação à verba disponibilizada, deveria ser utilizada para as despesas de introdução e início das atividades do programa na escola, como aquisição de bens, manutenções, alimentação, transporte, tutores e contratação de monitores do programa.

Caso a escola não consiga atender todos os alunos de sua escola, os estudantes atendidos pelo programa com prioridade são aqueles em situação de risco e vulnerabilidade social, com defasagem no ano escolar, últimas séries do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, séries com maior índice de repetência e estudantes que demonstrarem interesse nos estudos e no estudo em tempo integral. O Programa estabelece o mínimo de 100 estudantes para início das atividades, sem um número máximo, entretanto, cabe à escola definir tal quantidade.

O caderno ainda cita o maior objetivo do Programa, que vai além da ampliação da jornada escolar:



Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola com seus gestores, professores, estudantes e funcionários. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens. (Brasil, p. 6, 2011)

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL 23 DE OUTUBRO

Apesar do caderno Passo a Passo citado anteriormente, o programa não contou com uma formação da equipe e o desenvolvimento do Programa contou com muitas dificuldades no início. As escolas deveriam se adaptar às exigências e direcionar as atividades do programa da forma como se ajustasse ao espaço e à rotina escolar, como o horário do intervalo das aulas, a alimentação dos alunos do programa e o lugar que seriam as atividades.

Assim, conforme o plano de trabalho e com a política do programa, a escola dobraria a quantidade de alunos em um mesmo espaço, sem antes haver um investimento na infraestrutura, como salas adequadas (visto que todas já estavam sendo utilizadas). Apesar das adversidades iniciais, o programa auxiliaria na qualidade do ensino, oferecendo aos estudantes um reforço escolar no contraturno de suas aulas. Sendo assim, no começo do desenvolvimento do programa, os estudantes tinham suas aulas no pátio da escola e muitos ficavam pelo corredores. Por conta disso, a gestora da escola julgou que seria interessante e necessário que a escola ocupasse as salas de um prédio inacabado vizinho, que atualmente é uma faculdade particular, e dessa forma pediu autorização à prefeitura para ocupar tais salas.

O prédio vizinho tinha salas de aula no primeiro piso apenas com o reboco e o contrapiso e foi necessário fechar as portas antigas e abrir portas voltadas para o pátio da escola. Os primeiros gastos da verba disponíveis do programa foram para contratação de pedreiro, limpeza, aquisição de carteiras, armários, quadros e materiais necessários para as aulas.

Foram feitas reuniões com os pais dos estudantes para que aderissem ao período integral que o programa propunha e assim houveram debates e chamamento de responsabilidade dos pais com a educação dos seus filhos, ou seja, mudar a rotina escolar dos estudantes também era um dilema para os responsáveis.

Os monitores contratados eram estudantes do curso de Pedagogia da cidade e eram orientados pela educacional da escola. Esses monitores passaram por capacitação para melhor atender as

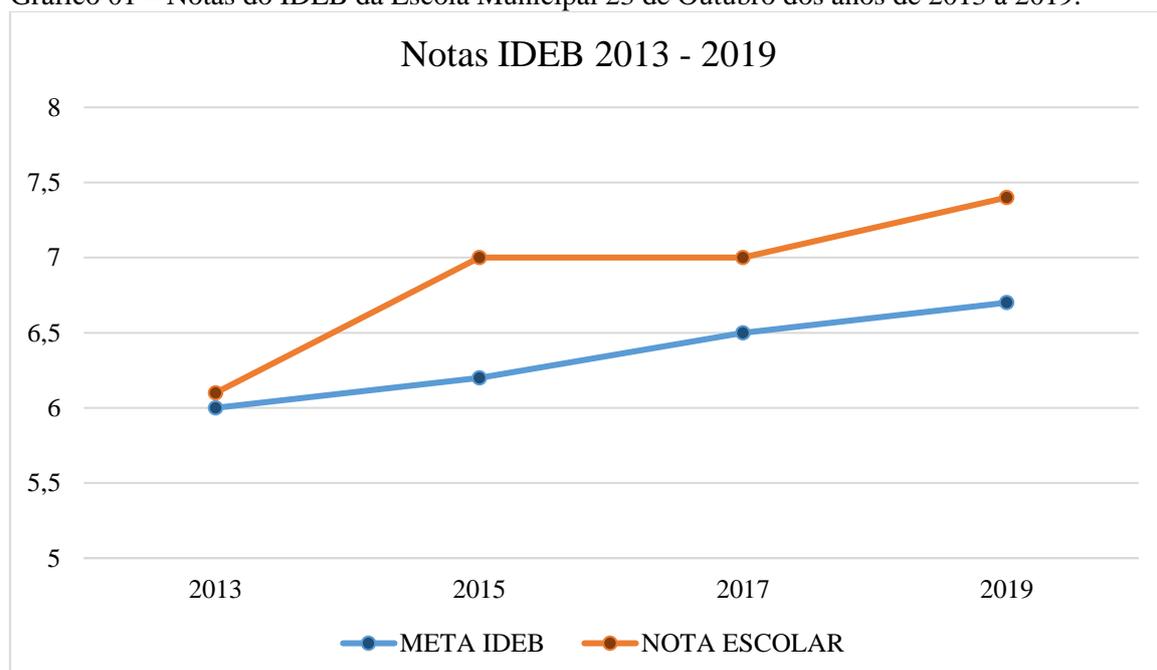
crianças na alfabetização e matemática. Os estudantes atendidos eram do 3º ano ao 5º ano do ensino fundamental II e as atividades desenvolvidas foram português, matemática, dança, ping pong. A Escola produziu apostilas de português e matemática de acordo com o nível dos estudantes para auxiliar na aprendizagem individual de cada aluno. No final do diagnóstico dos estudantes, haviam três apostilas com níveis diferentes de conteúdo. Essas apostilas foram distribuídas para algumas outras escolas na cidade que se interessaram em repassar e utilizar seu conteúdo.

O programa atuou como aulas de reforço no contra turno escolar dos estudantes e auxiliou no desenvolvimento da aprendizagem das turmas. Para atrair as crianças e se interessarem pelas atividades e não desistirem, a escola ainda oferecia um lanche diferente do comum, como alimentos de padaria, iogurtes e frutas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o site do INEP, as notas do IDEB da Escola Municipal 23 de Outubro de Paraíso do Tocantins aumentaram desde 2015 até 2019, período em que a Escola contava com o Programa Mais Educação. Segue gráfico das notas do IDEB abaixo para melhor visualização dos dados que serão apresentados:

Gráfico 01 – Notas do IDEB da Escola Municipal 23 de Outubro dos anos de 2013 à 2019.



Fonte: do autor.



Como citado anteriormente, as metas do IDEB prevêem a média 6, que seria uma média que corresponde ao sistema educacional dos países desenvolvidos. No ano de 2013, a meta do IDEB era de 6,0 e a Escola atingiu 6,1, sem uma grande disparidade. Já no ano de 2015, a meta subiu para 6,2 e a Escola atingiu a nota 7,0, bem como no ano de 2017 que a nota também foi de 7,0 enquanto a meta era de 6,5. Em 2019, depois de trabalhar por 4 anos com o Programa Mais Educação, a nota da Escola foi de 7,4, enquanto a meta prevista era de 6,7, sendo a maior nota escolar no município, segunda maior nota no estado do Tocantins e quarta maior nota no país.

Foi trabalhada a alfabetização dos alunos e a matemática básica para aqueles que precisavam desse reforço e também os descritores da prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) dos quintos anos, assim, os alunos que estudaram com o Programa Mais Educação durante os 4 anos (2015 – 2018), foram beneficiados com esse período integral de estudos e conseqüentemente a escola obteve a maior nota da cidade. Atualmente, a Escola trabalha o reforço escolar com base no desenvolvimento do programa nos anos anteriores, o que manteve a aprendizagem dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas educacionais visam solucionar os problemas relacionados ao desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes e tem respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Nacional de Educação, sendo assim, através do Programa Mais Educação, a escola pôde melhorar a qualidade da educação e conseqüentemente a aprendizagem dos estudantes. Investimentos em programas educacionais como esse são importantes para auxiliarem as escolas em alcançarem suas metas a longo prazo e beneficiar os estudantes atendidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, 2018. Conheça o IDEB. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>. Acesso em: 02 de out. 2022.

_____. Passo a Passo Mais Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8168-e-



passo-a-passo-mais-educacao-18042011-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 03 de out. 2022.

_____. Programa Mais Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689#:~:text=O%20Programa%20Mais%20Educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20criado,jornada%20escolar%20nas%20escolas%20p%C3%BAblicas%2C>. Acesso em: 02 de out. 2022.

_____. Direito a Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>>. Acesso em: 04 de out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DIAS, B. E. G. et al. AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COMO GARANTIA DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL. Revista Científica da FacUnicamps: Campinas, 2021.

Gestão Escolar, 2015. Programa Mais Educação. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/35/programa-mais-educacao>>. Acesso em: 04 de out. 2022.

PINHEIRO, Carla. Direitos Humanos e Políticas Públicas. Um olhar jus-filosófico. Publica direito, [S.I.]. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=ca002c7e5f3391c4>>. Acesso em: 05 de out. 2022

SMARJASSI, Celia; ARZANI, Jose Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>>. Acesso em: 02 de out. 2022.